

### Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

### 170 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 19 a 23/06/2023

|                                                                      |          |
|----------------------------------------------------------------------|----------|
| <b>1. REVISÃO INTERCALAR DO QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL 2021-27</b> | <b>1</b> |
| Quadro Financeiro Plurianual                                         | 1        |
| Recursos próprios                                                    | 2        |
| <b>2. PRIORIDADES DA PRESIDÊNCIA ESPANHOLA DO CONSELHO DA UE</b>     | <b>2</b> |
| <b>3. ALARGAMENTO DA UE - RELATÓRIO DE PROGRESSO</b>                 | <b>4</b> |
| <b>4. REUNIÃO MINISTERIAL UE-EUA - JUSTIÇA E ASSUNTOS INTERNOS</b>   | <b>4</b> |
| <b>5. REGULAMENTO LIBERDADE MEIOS COMUNICAÇÃO SOCIAL</b>             | <b>5</b> |
| <b>6. UCRÂNIA</b>                                                    | <b>6</b> |
| 11.º pacote de sanções                                               | 6        |
| Conferência de recuperação da Ucrânia 2023                           | 6        |
| Mecanismo de apoio à Ucrânia                                         | 7        |
| <b>7. COMISSÃO EUROPEIA   REFORÇO DA SEGURANÇA ECONÓMICA</b>         | <b>7</b> |
| <b>8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE</b>                                 | <b>8</b> |
| Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) sobre Energia     | 8        |
| Conselho (Ambiente)                                                  | 8        |
| Reunião informal do Conselho dos Assuntos Gerais                     | 8        |
| <b>9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA</b>                                   | <b>8</b> |
| Parlamento Europeu                                                   | 8        |
| Comissão Europeia                                                    | 8        |
| Conselho da União Europeia                                           | 9        |
| Cooperação interparlamentar                                          | 9        |

## 1. REVISÃO INTERCALAR DO QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL 2021-27

A UE aprovou, em 2020, o seu Quadro Financeiro Plurianual (QFP) para 2021-2027 que, juntamente com o instrumento de recuperação *NextGenerationEU*, ascende a 2,018 mil milhões de euros a preços correntes. No âmbito do acordo sobre o orçamento, a Comissão comprometeu-se a apresentar uma revisão do funcionamento do QFP acompanhada, se necessário, por propostas concretas. Esta semana, a Comissão Europeia [apresentou uma proposta](#) que responde a esse compromisso. As propostas apresentadas procuram, do ponto de vista da Comissão, proporcionar reforços concretos em certos domínios prioritários, a fim de garantir que, durante os próximos meses, o orçamento da UE possa continuar a cumprir os seus objetivos mais essenciais.

### Quadro Financeiro Plurianual

Os desafios inesperados que a UE enfrenta desde a adoção do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) em 2020, como a migração, aceleração da inflação e taxas de juro, perturbações nas cadeias de abastecimento mundial, exigiram e exigem custos adicionais. A resposta aos múltiplos desafios acima mencionados esgotou os recursos do orçamento da UE, afetando a sua capacidade para dar resposta mesmo aos desafios mais urgentes.

A Comissão Europeia apresentou assim [propostas para proporcionar reforços concretos em certos domínios prioritários](#), a fim de garantir que, durante os próximos meses, o orçamento da UE possa continuar a cumprir os seus objetivos mais essenciais. Os principais elementos são os seguintes:

- Um **Mecanismo para a Ucrânia**, baseado em subvenções, empréstimos e garantias, com uma capacidade total de 50 mil milhões de euros para o período 2024-2027, que permita dar resposta às necessidades mais imediatas da Ucrânia e contribua para a recuperação e modernização do país na sua trajetória rumo à adesão à UE (Cfr. ponto 6).
- Um **reforço do orçamento da UE** a fim de poder reagir às dimensões internas e externas da migração, prover às necessidades suscitadas pelas consequências mundiais da guerra de agressão da Ucrânia pela Rússia e reforçar as parcerias com países terceiros - 15 mil milhões de euros.
- Uma **Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa («STEP»)** que promova a competitividade da UE a longo prazo em matéria de tecnologias críticas relevantes, nos domínios das tecnologias digitais, das tecnologias limpas e da biotecnologia. A fim de permitir uma implementação rápida e eficaz no terreno, esta plataforma apoia-se nos instrumentos existentes e completa-os, nomeadamente o InvestEU, o Fundo para a Inovação, o Conselho Europeu da Inovação (CEI) e o Fundo Europeu de Defesa, introduzindo igualmente novas flexibilidades e incentivos para os fundos de coesão e o Mecanismo de Recuperação e Resiliência.
- Um **mecanismo eficiente que permita fazer face ao aumento dos custos de financiamento do *NextGenerationEU*** provocado pelo aumento sem precedentes das taxas de juro. O novo instrumento especial «EURI» cobrirá exclusivamente os custos que excedam as projeções iniciais de 2020.

A Presidente da Comissão Europeia referiu, quanto a estas propostas, que «*O nosso orçamento é um instrumento essencial para dar resposta aos enormes desafios com os quais somos coletivamente confrontados. Mas as pressões não cessam de aumentar. Propomos hoje um aumento específico das despesas da UE a fim de podermos prestar um apoio financeiro estável à Ucrânia, financiar a nossa ação no domínio da migração e apoiar os investimentos nas indústrias estratégicas. Juntos somos mais fortes.*».

Os textos legislativos estão disponíveis [aqui](#) e as seções de [perguntas e respostas](#) também.

No que diz respeito às próximas etapas, as propostas de alteração do orçamento, bem como as diversas propostas legislativas, serão agora apresentadas ao Parlamento Europeu e aos Estados-Membros da UE reunidos no âmbito do Conselho. A Comissão apela à Presidência espanhola do Conselho da UE para fazer avançar os trabalhos no Conselho com vista a um rápido acordo imediatamente após o verão, pois as negociações deverão ser concluídas antes do final do ano.

## Recursos próprios

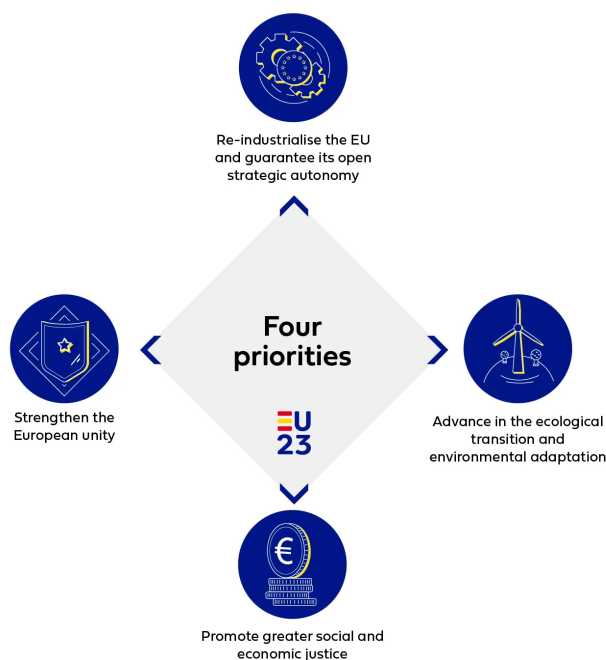
A Comissão Europeia concluiu a sua proposta para uma [próxima geração de recursos próprios](#), que completa e atualiza o pacote para a próxima geração de recursos próprios [apresentado em dezembro de 2021](#), que comportava três fontes de receitas: uma baseada no regime de comércio de licenças de emissão (CELE), outra baseada nos recursos gerados pelo mecanismo de ajustamento carbónico fronteiriço proposto pela UE e uma terceira baseada na parte dos lucros residuais das multinacionais que serão reafetados aos Estados-Membros ao abrigo do recente acordo OCDE/G20 sobre a reafetação dos direitos de tributação.

Estas fontes de receitas são agora completadas por um **recurso próprio estatístico ligado ao setor das empresas**: em 2020, o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão acordaram que deveria ser proposto um recurso próprio ligado ao setor das empresas, estatístico, baseado nos lucros das empresas e temporário, devendo depois ser substituído por uma eventual contribuição das *Empresas na Europa: Quadro para a Tributação das Receitas (BEFIT)*. O recurso próprio agora apresentado será calculado em 0,5% da base nacional de lucros das empresas da UE, um indicador calculado pelo Eurostat com base nas estatísticas das contas nacionais. Não será um imposto sobre as empresas e não fará aumentar os seus custos de conformidade. Será uma contribuição nacional paga pelos Estados-Membros, com base no excedente bruto de exploração dos setores das empresas financeiras e não financeiras, podendo proporcionar, a partir de 2024, receitas de cerca de 16 mil milhões de euros (preços de 2018) por ano.

A Comissão propôs ainda, em comparação com a proposta de dezembro de 2021, um aumento da taxa de mobilização do recurso próprio baseado no **CELE** para 30% de todas as receitas geradas pelo comércio de emissões da UE relativamente aos 25% inicialmente propostos, bem como um ajustamento técnico do quadro de controlo do Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço (**CBAM**), para alinhar a sua proposta inicial para um recurso próprio pelo texto adotado, prevendo-se que, a partir de 2028, esta fonte gere cerca de 1,5 mil milhões de euros/ano para o orçamento. O PE disponibilizou uma análise sobre este tema, disponível [aqui](#).

## 2. PRIORIDADES DA PRESIDÊNCIA ESPANHOLA DO CONSELHO DA UE

Espanha assumirá a Presidência rotativa do Conselho da UE no segundo semestre de 2023, com início a 1 de julho. Na passada semana, o Primeiro-Ministro espanhol, Pedro Sánchez [apresentou aos Embaixadores dos 27 Estados-Membros da UE](#) acreditados em Espanha as quatro prioridades da Presidência espanhola ([aqui](#)):



### **1. Reindustrializar a UE e assegurar a sua autonomia estratégica aberta**

A abertura internacional dos últimos 70 anos beneficiou a UE e permitiu-lhe atingir níveis de crescimento económico e de bem-estar social que não teriam sido possíveis num regime protecionista. Porém, esta abertura também facilitou a deslocalização de indústrias em setores estratégicos, tornando a UE excessivamente dependente de países terceiros em áreas como a energia, a saúde, as tecnologias digitais e a alimentação. As mudanças geopolíticas, tecnológicas e ambientais atuais criam a oportunidade de inverter esta tendência e atrair novas empresas e empregos para solo europeu e reduzir as suas vulnerabilidades externas.

Para o efeito, a Presidência espanhola trabalhará em duas frentes: i) promoverá os dossiers que favoreçam o desenvolvimento de indústrias e tecnologias estratégicas na Europa, a expansão e diversificação das suas relações comerciais e o reforço das suas cadeias de abastecimento, dando especial atenção à América Latina e à Cimeira UE-CELAC; ii) proporá uma estratégia prospetiva e global para garantir a segurança económica e a liderança mundial da UE até 2030, dando continuidade e profundidade ao trabalho das instituições europeias e ao roteiro acordado em Versalhes pelos 27 Estados-Membros.

### **2. Avançar na transição ecológica e na adaptação ambiental**

A Presidência espanhola encara esta transição como uma obrigação legal e moral, mas também como uma enorme oportunidade de reduzir drasticamente a dependência da energia e das matérias-primas, diminuir a fatura de eletricidade, tornar as empresas mais competitivas e criar quase um milhão de empregos só nesta década.

Assim sendo, a Presidência procurará promover uma reforma do mercado da eletricidade com o objetivo de acelerar a implantação das energias renováveis, a redução dos preços da eletricidade e a melhoria da estabilidade do sistema. Além disso, existe o objetivo de acelerar os dossiês legislativos relacionados com o *Fit for 55* (e.g. pacote do gás e do hidrogénio e os regulamentos relativos à eficiência energética). Finalmente, será dada prioridade às medidas para a redução dos resíduos e dos microplásticos, a conceção de produtos sustentáveis e a produção de combustíveis ecológicos.

### **3. Promover uma maior justiça social e económica**

A Presidência espanhola considera que a UE precisa de uma economia mais competitiva, mas também mais justa e solidária. Assim, defenderá o estabelecimento de normas mínimas e comuns em matéria de tributação das empresas em todos os Estados-Membros e lutará contra a evasão fiscal das grandes multinacionais, que custa à UE 1,5 pontos do PIB por ano. Por outro lado, a revisão adequada do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 e a reforma adequada das regras orçamentais serão prioritárias, a fim de superar a austeridade, aumentar a transparência e combinar a sustentabilidade das finanças públicas com o financiamento adequado das transições ecológica e digital.

### **4. Reforçar a unidade europeia**

Considera-se que, num mundo de incerteza e de crescentes tensões geopolíticas, a UE deve permanecer unida. A Presidência espanhola defenderá um maior aprofundamento do mercado interno, a conclusão da união bancária e da união dos mercados de capitais, a consolidação e melhoria dos instrumentos comuns, como os fundos *NextGenerationEU*, uma gestão mais eficiente e coordenada dos processos de migração e asilo, e um apoio coordenado à Ucrânia e a outros Estados vizinhos. Trabalhará também para o desenvolvimento da identidade europeia e valores comuns e para promover uma nova fase de desenvolvimento do projeto europeu.

### 3. ALARGAMENTO DA UE - RELATÓRIO DE PROGRESSO

Durante a [reunião informal do Conselho de Assuntos Gerais](#) desta semana (Cfr. ponto 9), a Comissão Europeia apresentou um relatório oral sobre os esforços de reforma na Ucrânia, na Moldávia e na Geórgia, tendo em vista os pedidos de adesão destes países à UE.

O Comissário Europeu para a Vizinhança e o Alargamento, Olivér Várhelyi, apresentou assim o [relatório](#), de forma mais restrita, focado nas prioridades estabelecidas o ano passado para os três países e não em todos os critérios de adesão, uma vez que o relatório mais alargado deverá ser apresentado em outubro deste ano e abrangerá também os seis países dos Balcãs ocidentais.

Sobre os três países em causa referiu que:

- **Ucrânia:** das 7 prioridades identificadas, a Ucrânia cumpriu duas - reforma de dois organismos de governação judicial e reforma dos meios de comunicação social. Fez ainda bons progressos no que se refere à reforma do Tribunal Constitucional e alguns progressos no que se refere às medidas anti-corrupção, combate ao branqueamento de capitais, redução da influência dos oligarcas, necessitando ainda de seguir as recomendações da Comissão de Veneza sobre as minorias nacionais, legislação em matéria de educação e língua oficial.
- **Moldávia:** das 9 prioridades, a Moldávia cumpriu já três, relacionadas com a reforma judicial, envolvimento da sociedade civil nos processos de tomada de decisão e reforço da igualdade de género. Tal como a Ucrânia, fez também progressos significativos nas áreas da reforma da justiça, redução da influência oligárquica e reforma da gestão das finanças públicas, bem como alguns progressos no combate à corrupção, ao crime organizado e reforma da administração pública.
- **Geórgia:** foram identificadas, no caso da Geórgia, 12 prioridades, tendo 3 destas sido já completadas: igualdade de género e combate à violência contra as mulheres, ter em conta os acórdãos do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos nas deliberações dos tribunais e realização de um processo transparente de nomeação dos defensores públicos. Alcançou alguns progressos no que se refere à polarização política, garantia de funcionamento das instituições do Estado e melhoria do quadro eleitoral, reforma judicial efetiva e transparente, reforço da independência da agência anti-corrupção, combate ao crime organizado, reforço da proteção dos direitos humanos de grupos vulneráveis e envolvimento da sociedade civil nos processos de tomada de decisão. Os progressos foram, no entanto, limitados no que se refere ao combate à influência dos oligarcas e ao pluralismo dos media.

### 4. REUNIÃO MINISTERIAL UE-EUA - JUSTIÇA E ASSUNTOS INTERNOS

Teve lugar esta semana uma [reunião conjunta entre a UE e os EUA sobre justiça e assuntos internos](#).

A União Europeia esteve representada pela Comissária para os Assuntos Internos, Ylva Johansson, pelo Comissário para a Justiça, Didier Reynders, e pelo Ministro da Justiça sueco, Gunnar Strömmer. A futura Presidência do Conselho esteve representada pela Ministra da Justiça de Espanha, Maria Pilar Llop Cuenca, e pelo Ministro do Interior de Espanha, Fernando Grande-Marlaska. Os Estados Unidos estiveram representados pelo Procurador-Geral, Merrick Garland, e pelo Secretário para a Segurança Interna, Alejandro N. Mayorkas.

A reunião constituiu uma oportunidade para **reafirmar o empenho da União Europeia e dos Estados Unidos numa forte parceria transatlântica**, tendo uma vez mais sido condenada a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e reafirmado o apoio a este último. Foi também reafirmado pelas partes o compromisso inequívoco de assegurar a plena responsabilização pelos crimes internacionais cometidos no âmbito da invasão russa da Ucrânia, congratulando-se com a assinatura do memorando de entendimento entre o Departamento de Justiça dos EUA e as autoridades responsáveis pela ação penal dos membros nacionais da equipa de investigação conjunta sobre a Ucrânia, criada com o apoio da Eurojust.

Entre outros, reiteraram também o compromisso de assegurar que a Rússia pagará pelos danos que causou à Ucrânia, a continuação da cooperação no âmbito do reforço das sanções, o compromisso de fazer face às ameaças à segurança decorrentes da guerra, de trabalhar em conjunto para tomar medidas eficazes no que se refere à criminalidade violenta transfronteiriça, terrorismo e conteúdos em linha relacionados. Foi ainda debatida a Parceria Reforçada para a Segurança das Fronteiras dos EUA e o valor da partilha bilateral de informações no âmbito deste programa, o relançamento das negociações para o acordo UE-EUA para facilitar o acesso a provas eletrónicas em processos penais e a intensificação do combate aos crimes ambientais.

## 5. REGULAMENTO LIBERDADE MEIOS COMUNICAÇÃO SOCIAL

O Conselho chegou a acordo sobre a sua [posição relativamente ao novo regulamento destinado a salvaguardar a liberdade, o pluralismo e a independência dos meios de comunicação social na UE](#). O *European Media Freedom Act* (Regulamento Liberdade dos Meios de Comunicação Social) procurará estabelecer um quadro comum para os serviços de comunicação social no mercado interno da UE e introduzirá medidas destinadas a proteger os jornalistas e os fornecedores de serviços de comunicação social contra ingerências políticas, facilitando simultaneamente o seu funcionamento transfronteiras no interior da UE.

A [posição do Conselho](#):

- clarifica a **responsabilidade dos Estados-Membros como garantes da pluralidade, da independência e do bom funcionamento dos fornecedores de serviços** de comunicação social públicos que operam dentro das suas fronteiras;
- **define o âmbito do Comité Europeu dos Serviços de Comunicação Social** e reforça a sua independência;
- contém disposições destinadas a **reforçar a proteção dos jornalistas e das fontes jornalísticas** e limita o recurso a medidas coercivas, como a utilização de *software* espião, para efeitos de obtenção de tais informações;
- assegura que os **Estados-Membros possam adotar regras mais rigorosas** ou mais pormenorizadas do que as estabelecidas nas partes pertinentes do regulamento;
- **alarga o âmbito dos requisitos em matéria de transparência**, tanto no que se refere à transparência da propriedade, como no que se refere à transparência da publicidade estatal;
- estabelece **regras mais claras** sobre a relação entre os fornecedores de plataformas em linha de muito grande dimensão e os fornecedores de serviços de comunicação social que aderem a regimes de regulação ou de autorregulação do controlo editorial e das normas jornalísticas nos Estados-Membros, com o objetivo de assegurar que os conteúdos disponibilizados por fornecedores de serviços de comunicação social sejam tratados com o maior cuidado.

A Presidência do Conselho dispõe agora de um mandato para encetar negociações com o Parlamento Europeu, logo que este tenha definido a sua posição, sendo objetivo das instituições concluir as negociações sobre este regulamento antes das próximas eleições europeias de 2024.

Recorde-se que, quanto à análise do [princípio da subsidiariedade nesta iniciativa, quatro Paramentos nacionais apresentaram pareceres fundamentados](#).

## 6. UCRÂNIA

### 11.º pacote de sanções

O Conselho adotou hoje o [11.º pacote de medidas restritivas económicas e individuais](#) destinadas a reforçar as sanções da UE em vigor contra a Rússia e a impedir que estas sejam contornadas.

Estão incluídas neste pacote as seguintes medidas:

- A fim de fazer face à crescente evasão às sanções da UE, a UE decidiu **reforçar a cooperação bilateral e multilateral com países terceiros e a prestação de assistência técnica**. Se, apesar das sanções individuais e de um maior empenhamento, a evasão continuar a ser substancial e sistémica, a UE terá a possibilidade de tomar medidas excecionais de último recurso. Nesse caso, o Conselho pode decidir, por unanimidade, restringir a venda, o fornecimento, a transferência ou a exportação de bens e tecnologias cuja exportação para a Rússia já esteja proibida a países terceiros que correm um risco continuado e particularmente elevado de serem utilizados para contornar as regras.
- A fim de minimizar ainda mais o risco de evasão das sanções, a decisão de hoje **proíbe o trânsito através do território da Rússia de mais mercadorias e tecnologias que possam contribuir para o reforço militar e tecnológico da Rússia** ou para o desenvolvimento do setor da defesa ou da segurança, de mercadorias e tecnologias adequadas para utilização na aviação ou na indústria espacial e de combustível para motores de reação e aditivos para combustíveis, exportados da UE para países terceiros.
- O Conselho **acrescentou mais 87 entidades à lista de entidades que apoiam diretamente o complexo militar e industrial da Rússia na sua guerra de agressão contra a Ucrânia**. Estas entidades ficarão sujeitas a restrições de exportação mais rigorosas no que respeita a bens e tecnologias de dupla utilização.
- A fim de fazer face à campanha internacional sistemática da Federação Russa de manipulação dos meios de comunicação social e de distorção dos factos, destinada a reforçar a sua estratégia de desestabilização dos países vizinhos, o Conselho **alargou a suspensão das licenças de radiodifusão a mais cinco meios de comunicação social: RT Balkan, Oriental Review, Tsargrad, New Eastern Outlook e Katehon**.
- Terminará a derrogação temporária concedida à Alemanha e à Polónia para o fornecimento de petróleo bruto proveniente da Rússia através da secção norte do oleoduto Druzhba.
- Para além das sanções económicas, o Conselho decidiu incluir na lista um número significativo de outras pessoas e entidades.

A Comissão Europeia [congratula esta aprovação](#).

### Conferência de recuperação da Ucrânia 2023

Teve lugar nos dias 21 e 22 de junho a [Conferência para a Recuperação da Ucrânia 2023](#). Nesta Conferência, a Presidente da Comissão Europeia anunciou (discurso disponível [aqui](#)) um novo Mecanismo europeu de apoio à Ucrânia (detalhe infra).

À margem da Conferência, o Vice-Presidente Executivo da Comissão Europeia, Valdis Dombrovskis, juntamente com o Presidente do Banco Europeu de Investimento (BEI), Werner Hoyer, o Presidente do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD), Odile Renaud-Basso, e o Diretor-Geral do *International Finance Corporation* (IFC), Makhtar Diop, assinaram acordos num valor superior a 800 milhões de euros para [mobilizar investimento privado para a recuperação e reconstrução da economia da Ucrânia](#).

### Mecanismo de apoio à Ucrânia

A Comissão Europeia propôs a criação de um [instrumento de financiamento específico adaptado aos desafios sem precedentes inerentes à prestação de apoio a um país em guerra](#), que permite conceder à Ucrânia um apoio coerente, previsível e flexível durante o período 2024-2027.

O novo Mecanismo para a Ucrânia apoiará os esforços levados a cabo pela Ucrânia para manter a estabilidade macrofinanceira, promover a recuperação e reconstruir e modernizar o país, enquanto introduz reformas fundamentais na via da adesão à UE. Apoiará também a transição para uma economia verde, digital e inclusiva, progressivamente alinhada pelas regras e normas da UE, comportando três pilares:

- Pilar I — apoio financeiro ao Estado sob a forma de subvenções e empréstimos;
- Pilar II — um quadro de investimento específico para a Ucrânia;
- Pilar III — assistência técnica e outras medidas de apoio.

O montante global afetado ao Mecanismo deverá ascender a 50 mil milhões de euros para o período de 2024 a 2027 e abrange tanto os empréstimos como a ajuda não reembolsável («subvenções»). As subvenções serão mobilizadas através de um novo instrumento especial proposto no contexto da revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual (QFP).

## 7. COMISSÃO EUROPEIA | REFORÇO DA SEGURANÇA ECONÓMICA

A Comissão Europeia e o Alto Representante publicaram uma [comunicação conjunta sobre uma estratégia europeia para a segurança económica](#), procurando a minimização dos riscos decorrentes de certos fluxos económicos no contexto do aumento das tensões geopolíticas e da aceleração das mudanças tecnológicas, preservando simultaneamente os níveis máximos de abertura e dinamismo económicos.

Prevê assim uma abordagem mais abrangente da gestão dos riscos, que permita identificar, avaliar e gerir em comum os riscos para a segurança económica. Propõe-se uma avaliação exaustiva destes riscos em quatro domínios:

- 1) riscos para a resiliência das cadeias de abastecimento, incluindo em matéria de segurança energética;
- 2) riscos para a segurança física e a cibersegurança das infraestruturas críticas;
- 3) riscos relacionados com a segurança tecnológica e as fugas de tecnologias;
- 4) riscos de instrumentalização das dependências económicas ou de coerção económica.

A avaliação deverá ser realizada pela Comissão e pelos Estados-Membros em cooperação com o Alto Representante, se necessário, e com o contributo do setor privado e deve assumir a forma de um processo dinâmico e contínuo.

A atenuação destes riscos é também definida nesta estratégia, através de:

- **promoção da competitividade da UE**, com o reforço do mercado único, do apoio a uma economia forte e resiliente, investimento em competências e fomento da investigação e da base tecnológica e industrial da UE;
- **proteção da segurança económica da UE** através de uma série de políticas e instrumentos existentes e elaborar novas políticas e instrumentos para colmatar eventuais lacunas;
- **estabelecimento de parcerias** com o maior número possível de parceiros para reforçar a segurança económica, nomeadamente através da promoção e celebração de acordos comerciais, do reforço de outras parcerias, do reforço da ordem económica internacional assente em regras e das instituições

multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio, e do investimento no desenvolvimento sustentável através do *Global Gateway*.

O Conselho Europeu analisará esta estratégia na sua reunião da próxima semana (29-30 de junho de 2023).

## 8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

### Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) sobre Energia

O [Conselho](#) definiu uma orientação geral sobre uma proposta de regulamento relativo à integridade e à transparência nos mercados grossistas da energia (REMIT), visando apoiar uma concorrência aberta e justa nos mercados grossistas europeus de energia, proibindo o abuso de informação privilegiada e dissuadindo a manipulação de mercado. Os aspetos da reforma do mercado da eletricidade da UE que dizem respeito a tornar os preços da eletricidade menos dependentes da volatilidade dos preços dos combustíveis fósseis e proteger os consumidores das subidas acentuadas de preços e acelerar a implantação das energias renováveis serão acordadas numa fase posterior.

### Conselho (Ambiente)

Os ministros definiram uma [orientação geral sobre uma proposta de regulamento relativo à restauração da natureza](#), que visa restaurar os ecossistemas, habitats e espécies em todas as zonas terrestres e marítimas da UE, e exige aos Estados-Membros que estabeleçam medidas de restauração que abranjam, pelo menos, 20% das zonas terrestres e marítimas da UE até 2030 e todos os ecossistemas que necessitam de restauração, até 2050. Foi ainda realizado um debate de orientação sobre uma proposta de regulamento relativo às normas de emissão de CO<sub>2</sub> dos veículos pesados novos e sobre uma proposta de diretiva relativa à qualidade do ar.

### Reunião informal do Conselho dos Assuntos Gerais

Nesta [reunião informal](#), foi debatida a melhor forma de a UE se preparar para os desafios futuros e para preparar a UE com vista a um futuro alargamento. Foi assim debatida a forma como a UE pode ficar ainda mais bem preparada para enfrentar os desafios futuros, tendo em conta a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, que ameaça a segurança de toda a Europa, ao mesmo tempo que esta enfrenta uma crise económica e energética. Referiram que, nos próximos anos, a UE deve adaptar-se a uma nova realidade geopolítica, reforçar a sua competitividade e prosseguir a transição ecológica.

## 9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

### Parlamento Europeu

Na próxima semana as atividades do Parlamento Europeu serão dedicadas aos [trabalhos das comissões parlamentares](#).

### Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) será no dia [28 de junho](#), com destaque para *Comunicação conjunta sobre as alterações climáticas, a degradação ambiental e a segurança e defesa; Finanças e pagamentos abertos: Regulamento relativo ao acesso aos dados financeiros e Revisão das regras da UE relativas aos serviços de pagamento*.

### Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 26.06: [Conselho \(Agricultura e Pescas\)](#); [Conselho dos Negócios Estrangeiros](#)
- 27.06: [Conselho dos Assuntos Gerais](#)
- 29.06: [Conselho Europeu, 29-30 de junho de 2023](#)

### Cooperação interparlamentar

Na próxima semana terão lugar as seguintes reuniões interparlamentares no Parlamento Europeu:

- Reunião interparlamentar promovida pela Comissão CONT sobre o tema *O papel dos Parlamentos nacionais no controlo da utilização dos fundos da UE e o plano Next Generation EU* (programa disponível [aqui](#));
- Reunião interparlamentar promovida pela Comissão AFET sobre o tema *Avançar com o alargamento da UE - 20 anos após a Declaração de Salónica* (programa disponível [aqui](#));
- Reunião interparlamentar promovida pela Comissão EMPL sobre o tema *As crianças no coração da Europa: dois anos de Garantia Europeia para a Infância* (programa disponível [aqui](#)).

Bruxelas | 23 de junho de 2023

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).